

ACTAS

Ata nº 60 (sessenta)

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano dois mil e vinte, pelas dezasseis horas, realizou-se, por meios telemáticos, a Assembleia Geral Anual da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, com sede na Rua de Santa Marta, nº 55, 5.º andar, em Lisboa, na qual participaram o Vice-Presidente e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Licenciados Bernardo Xavier Alabaça e Maria Luisa da Silva Rilho, respetivamente, o Presidente, o Vice-Presidente e os dois vogais executivos do Conselho de Administração, Professor Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz, Dr. Carlos Manuel Durães da Conceição, Dr.ª Maria Amália Freire de Almeida e Dr. Mário Manuel Pinto Lobo, respetivamente. A vogal não executiva, Dr.ª Maria João Dias Pessoa de Araújo, não pôde participar, por motivos imprevistos devidamente justificados. Participaram igualmente o ROC da empresa, CRC-Colaço, Rosa, Coelho & Associados, SROC, Lda., representada pela Dr.ª Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço, e ainda o acionista único, Estado Português, representado pelo Dr. Carlos Manuel Leitão dos Santos Pinto, nos termos do Despacho n.º 197/2020-SET, de 29 de maio, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro. -----

O Vice-Presidente da Mesa assumiu a condução dos trabalhos, face à vacatura do cargo de Presidente, por efeito da renúncia apresentada pela titular eleita por Deliberação Social Unânime por Escrito de 31 de janeiro de 2017. -----

O Vice-Presidente da Mesa saudou todos os participantes e verificou estar representada a totalidade do capital social, pelo que considerou estarem reunidas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, podendo esta deliberar sobre todos os assuntos para que foi regularmente convocada, nos termos da lei e dos Estatutos. -----

Declarando aberta a sessão, o Vice-Presidente da Mesa procedeu à leitura da seguinte ordem de trabalhos: -----

“1.º Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e o Relatório de Sustentabilidade, que trata das demonstrações não financeiras, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; -----

2.º Deliberar sobre o Relatório do Governo Societário relativo ao exercício de 2019; ---

3.º Deliberar sobre a proposta apresentada pelo Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados do exercício de 2019; -----

4.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; -----
5.º Deliberar sobre a Declaração relativa à Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização; -----
6.º Deliberar sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020; -----
7.º Deliberar sobre a eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração para o mandato 2020-2022; -----
8.º Proceder à definição do regime remuneratório dos membros dos órgãos sociais.” --
Relativamente ao **primeiro ponto da agenda**, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração para, querendo, tecer considerações sobre o exercício. ---
O Presidente do Conselho de Administração apresentou também os seus cumprimentos a todos os participantes e passou a enunciar os aspetos mais salientes do exercício de 2019: -----

- O Grupo Parpública obteve um resultado consolidado positivo de cerca de 140 M€, praticamente duplicando o resultado de 2018, que havia sido de 70,4 M€;
- Os resultados individuais foram de 23,3 M€, um valor que aparenta uma redução face a 2018, que tinha sido de 49,6 M€, mas que teriam ultrapassado os 90 M€ se se tivessem utilizado as mesmas metodologias aplicadas desde o início do mandato, sendo que esta constituía uma questão importante, uma vez que esta AG era referente ao último ano de mandato da atual administração;-----
- Considerando todo o triénio, e apenas a título ilustrativo, os resultados consolidados do Grupo Parpública ascenderam a quase 366 M€, enquanto a Parpública, SGPS, nas suas contas individuais, registou lucros superiores a 190 M€;-----
- Pelo terceiro ano consecutivo, todos os segmentos do Grupo Parpública apresentaram resultados positivos; -----
- A redução da dívida das empresas do Grupo Parpública ao longo do triénio ascendeu a 2,7 mil M€, reduzindo-se para quase metade do valor existente no início de 2017; -----
- A Parpública foi a empresa que mais reduziu o seu nível de dívida, verificando-se que entre o início de 2017 e o final de 2019 a dívida diminuiu 2,1 mil M€, o que corresponde a uma redução de 60%, com a conseqüente redução dos juros

ACTAS

suportados anualmente, sendo este um aspeto absolutamente essencial numa empresa pública que integra o perímetro de consolidação orçamental e um muito bom indicador para a flexibilidade necessária para o futuro; -----

- Relativamente ao ano anterior, e pelo impacto no rendimento integral, deve ser salientada a evolução positiva da cotação das ações da Galp; -----
- Do ponto de vista de desempenho com reflexo efetivo nas contas, deverá evidenciar-se que fora do Grupo algumas participações registaram desempenhos aquém do esperado como são exemplos a TAP e o Hospital da Cruz Vermelha; -
- Deve ser também salientada a não concretização em 2019 de uma operação anteriormente definida como um objetivo para esse ano, e que consistia na aquisição à CGD dos 19% remanescente do capital da AdP, devido a questões relacionadas com avaliações, o que teve consequências ao nível dos dividendos que estavam previstos para 2020 como recebimento; -----
- Encontram-se igualmente atrasadas as negociações relativas a 2 sociedades em que a PP tem como objetivo a respetiva alienação: -----
 - A participação de 45% no capital da sociedade gestora do Hospital da Cruz Vermelha, em negociação com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; -----
 - O Circuito do Estoril, no qual foram efetuados melhoramentos adicionais em 2019, essencialmente no âmbito da segurança passiva da pista, e que devido à Covid 19 foi encerrado provisoriamente no final de março passado. -----
- No que respeita ao nível de autonomia financeira, há que destacar um novo aumento pelo terceiro ano consecutivo, sendo que em 2019, cerca de 74% do ativo total estava financiado por capitais próprios; -----
- Quanto ao prazo médio de pagamento a fornecedores, o mesmo voltou a descer em 2019, de 18 para 13 dias, sendo este valor praticamente incomprimível sem um impacto negativo na própria empresa; -----

Relativamente ao exercício de 2019 produziu-se ainda o terceiro Relatório de Sustentabilidade referente às demonstrações não financeiras, que constituiu um exercício de qualidade e detalhado de *accountability* e com o desenvolvimento de várias ações colaborativas ao nível do Grupo, incluindo uma ação de formação ao

nível do ensino superior que liga as vertentes financeiras e de controlo de gestão com a da sustentabilidade. -----

Quanto às perspetivas para 2020, que será um ano caracterizado por uma enorme incerteza devido à pandemia de Covid 19, o Presidente do CA entendeu realçar os seguintes aspetos: -----

- A Parpública foi das primeiras empresas a preparar um plano de contingência, que aliás foi adotado por outras empresas e entidades sedeadas no mesmo edifício, ao mesmo tempo que foram preparados planos para empresas do Grupo. Estava previsto ser efetuado um ensaio do Disaster Recovery Plan da PARPÚBLICA no mês de maio, o qual foi antecipado para 11 de março face à situação vivida no momento e no dia 13 de março, após se ter verificada a resiliência do sistema, e a boa adaptação de todas e de todos, a PARPÚBLICA entrou em regime de teletrabalho. No dia 1 de junho, o esquema vai ser modificado para um regime misto de teletrabalho e presencial, com rotação de equipas. Em conclusão, pode dizer-se que as coisas correram todas bem, apesar do contexto, uma vez que foi assegurada integralmente a continuidade da atividade em condições de segurança; -----
- O acrescido nível de incerteza quanto ao futuro decorrente da atual situação de crise de saúde pública implicou e implica a necessidade de reforçar todos os mecanismos de acompanhamento das participadas de modo a assegurar uma resposta atempada e eficaz a eventuais dificuldades, tanto ao nível da saúde pública como ao nível de operações e procura e ao nível da informação financeira;
- Todas as empresas do Grupo têm impactos por causa da Covid 19, pois, desde logo, no geral, pioram custos e reduzem a atividade, como é o caso do Circuito do Estoril, do imobiliário ou do setor das águas, ou têm um menor impacto na procura mas suportam custos acrescidos, como é o caso da SIMAB. Embora todas sofram as consequências, não é, no entanto, obrigatório que tal acarrete resultados negativos para os segmentos do Grupo; -----
- A Parpública adotou, portanto, um conjunto de mecanismos de reporte e solicitou informação com outra periodicidade, tendo tido bom acolhimento por parte de todas as empresas. Ao mesmo tempo, a Parpública lançou uma iniciativa que

ACTAS

designou de “Day After” para estimular e enquadrar a abordagem de temas de natureza formal como a revisão dos PAO, mas também para suscitar uma reflexão estratégica no seio do Grupo e permitir estender uma atuação de apoio de natureza transversal a empresas fora do Grupo. -----

- Fora do Grupo, há que tomar especial atenção às seguintes situações: -----
 - Impacto negativo na Galp pela descida do preço do petróleo; -----
 - Na TAP está a ser trabalhada a questão dos Auxílios de Estado a conceder à empresa, no âmbito do apoio técnico a prestar ao Ministério das Finanças; -----
- Em 2020, continua a esperar-se concluir a operação da AdP e a liquidação das sociedades POLIS. -----

Por último, o Presidente do Conselho de Administração não quis deixar de apresentar os seus agradecimentos a todos os colaboradores e à equipa de gestão, ao ROC, e bem como a outros *stakeholders* externos, com uma referência especial para a Secretaria de Estado do Tesouro, a DGTF e a UTAM, pelo apoio sempre disponível para a concretização de um exercício económico que os dados mostram ter sido particularmente bem sucedido. - O Vice-Presidente da Mesa agradeceu a exposição efetuada pelo Presidente do CA sobre o enquadramento de 2019 e as perspetivas para 2020 e passou a palavra ao ROC que enfatizou as preocupações com os impactos futuros da atual crise sanitária, nesta data ainda impossíveis de caracterizar e quantificar, tal como ficou expresso na Certificação Legal das Contas. -----

Foi, de seguida, dada a palavra ao representante do acionista Estado, o qual votou favoravelmente a aprovação do Relatório e Contas de 2019, consolidadas e separadas, incluindo o relatório de gestão e o relatório de sustentabilidade, por incluir a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. -----

Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório do Governo Societário da Parpública, SGPS, SA, relativo ao ano de 2019, na versão inserida em SIRIEF a 19 de maio de 2020, atenta a apreciação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) através do Relatório de Análise n.º 124/2020. -----

No que respeita ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado votou favoravelmente a proposta apresentada pelo Conselho de Administração para que o resultado líquido apurado no exercício de 2019, no montante de 23.273.249,98 euros (vinte e três milhões duzentos e setenta e três mil duzentos e quarenta e nove euros e noventa e oito cêntimos), seja transferido para a conta de resultados transitados. -----

Relativamente ao **quarto ponto da agenda**, o representante do acionista Estado propôs e votou favoravelmente, nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, um voto de confiança nos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, e em cada um dos seus membros. -----

O Presidente do CA pediu então a palavra para agradecer a confiança manifestada pelo acionista e, já que o exercício de 2019 coincide com o final do mandato, agradeceu igualmente a todos os colegas com funções executivas, por um percurso empresarial e um mandato muito interessantes e com bons resultados, bem como à vogal não executiva.

No que concerne ao **quinto ponto da ordem de trabalhos**, o representante do acionista Estado votou favoravelmente a aprovação da “Declaração do Conselho de Administração sobre Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais da Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA”, apresentada pelo Conselho de Administração em cumprimento do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho. -----

Relativamente ao **ponto sexto da ordem de trabalhos**, o representante do acionista votou favoravelmente a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020, nos termos do Relatório de Análise nº 348/2019, de 4 de dezembro, emitido pela UTAM, conforme aprovado pelo Despacho n.º 1540/19-SET, de 30 de dezembro, do Secretário de Estado do Tesouro, nos seguintes termos: -----

- Aumento dos Gastos com Pessoal, em 721.000 euros; -----
- Aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e associados à frota automóvel, condicionado ao reembolso total pelas empresas às entidades destinatárias; -----
- Aumento de encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria, condicionando ao reembolso total pelas empresas ou entidades destinatárias. -----

ACTAS

Folha 28

Atenta a situação excecional que o país vive, o Conselho de Administração deverá ajustar o PAO 2020 às necessidades que daí possam surgir, garantida que esteja a boa execução financeira e operacional da empresa. Estas alterações ao PAO 2020 agora aprovado serão elas próprias sujeitas à aprovação, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, devendo ser reportadas tão cedo quanto possível e analisadas pela UTAM. Em acréscimo, desvios significativos ao agora aprovado devem ser reportados à UTAM, devidamente fundamentados. -----

Quanto ao **ponto sétimo da ordem de trabalhos**, o representante do acionista propôs e votou favoravelmente que a eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho de Administração para o mandato 2020-2022 seja posteriormente objeto de deliberação através de Deliberação Social Unânime por Escrito. -----

No que respeita ao **oitavo ponto da agenda**, o representante do acionista propôs e votou favoravelmente que a definição do regime remuneratório dos membros dos órgãos sociais seja posteriormente objeto de deliberação através de Deliberação Social Unânime por Escrito. -----

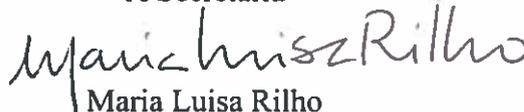
E mais ninguém se tendo querido pronunciar, o Vice-Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, às dezassete horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelo Vice-Presidente e pela Secretária da Mesa da Assembleia Geral.

O Vice-Presidente



Bernardo Xavier Alabaça

A Secretária



Maria Luisa Rilho